



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

Termo de Abertura do Projeto

Projeto: Modelagem de Processos

MAIO/2014





PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

| | |
|----------------------------|-------------------|
| 1 - Nome do Projeto | 2 - Código |
| Modelagem dos Processos | 04.2014 |

| | |
|-------------------------------|------------------------------|
| 3 - Gerente do Projeto | 3.1 - Área de lotação |
| Lander Fontes de Paula | EPPO/APECI |
| 3.2 - E-mail | 3.3 - Telefone |
| lander.paula@@tre-es.jus.br | (27) 2121.8559 |

| | |
|----------------------------------|------------------------------|
| 4 - Gestor do Projeto | 4.1 - Área de lotação |
| Alvimar Dias Nascimento | DG |
| 4.2 - E-mail | 4.3 - Telefone |
| alvimar.nascimento@tre-es.jus.br | (27) 2121.8515 |

| |
|--|
| 5. Objetivos do Documento |
| <ul style="list-style-type: none">• Formalizar a proposta do início do Projeto• Informar o necessário para a compreensão macro do Projeto• Designar o Gerente do Projeto |

| | | | |
|-----------------------------------|-------------|------------------|--------------|
| 6 - Histórico de Alteração | | | |
| Versão | Data | Descrição | Autor |
| | | | |



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo
Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

7 - Objetivo do Projeto

7.1 Objetivo Geral

Alcançar a eficiência operacional por meio do aperfeiçoamento dos processos de negócio do TRE-ES

7.2 Objetivos Específicos

Identificar todos os processos executados pelas Unidades do TRE-ES, modelando-os de forma a contemplar a gestão dos riscos inerentes ao negócio, aplicando os devidos mecanismos de controle para mitigar ou eliminar os riscos avaliados.

8 - Justificativa

A Administração Pública necessita otimizar os seus recursos. Para isto, a gestão de processos constitui uma ferramenta essencial, haja vista o conhecimento global das atividades institucionais constituir condição básica para o gestor e todos os atores desses processos.

A metodologia aprovada e adotada no TRE-ES contém, como requisito básico, a modelagem dos processos, que se inicia com a identificação desses processos e, posteriormente, a detecção de eventuais necessidades de melhorias, com gestão dos riscos que permeiam o processo em qualquer de suas fases. Com a proposição dessas melhorias, passa-se à fase da sua implementação, redesenhando-se todo o processo, na sua forma ideal.

Nos anos de 2009 a 2010, a APECI realizou a primeira fase do projeto de melhoria dos processos de negócio do TRE-ES, mapeando-os todos.

Decorridos quatro anos, faz-se necessária nova validação desses procedimentos. Dessa maneira, o EPPO fará nova imersão nas Unidades deste regional, a fim de validar, com os donos dos processos, os fluxos



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

8 - Justificativa

já desenhados na primeira fase.

9 - Escopo

- Definir as etapas de execução do projeto
- Identificar os fluxos de processos por Unidade
- Definir cronograma de visita às Unidades
- Produzir minuta de memorando-circular do Diretor Geral para aprovação
- Enviar o memorando-circular às Unidades
- Produzir formulário para anotação das observações surgidas na consulta aos donos dos processos
- Validar os diagramas dos fluxos de processo com os donos de cada um deles
- Anotar as alterações dos fluxos
- Redesenhar os fluxos, no modo AS IS
- Validar cada fluxo alterado com o dono do processo
- Conduzir reuniões para melhoria dos processos
- Elaborar o plano de implementação das melhorias
- Identificar os setores impactados pelo plano de implementação das melhorias
- Mediar a negociação entre os setores impactados pelo plano de implementação
- Propor a implementação das melhorias propostas
- Desenhar os processos, no modo TO BE, detectando os eventuais riscos
- Propor a implantação de mecanismos de controle para mitigar ou eliminar os riscos
- Orientar para o permanente monitoramento dos processos.

10 - Não-Escopo

- Implementar as melhorias propostas
- Implementar mecanismos de controle

11 - Parte Interessada

Representante

Relacionamento com o projeto



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

| 11 - Parte Interessada | Representante | Relacionamento com o projeto |
|-------------------------------|----------------------|---|
| DG | Alvimar | Coordenação e implementação do projeto. |
| APECI | EPPO | Operacionalização |
| Unidades | Dirigentes | Fornecimento de informações |

| 12 - Equipe Básica | Papel desempenhado |
|---------------------------------------|--|
| Alvimar Dias Nascimento | Coordenação do Projeto |
| Lander Fontes de Paula | Condução do Projeto |
| Thomaz Cheim Figueiredo | Operadores da metodologia <i>in loco</i> |
| Marcia Fernandes Coelho Ceotto Vieira | |

| 13 - Recursos |
|--|
| <ul style="list-style-type: none">- Pessoal do EPPO- Computadores com o <i>software</i> BizAgi- Fluxos dos processos produzidos em <i>flowchart</i>- Formulários de anotação das eventuais observações- Formulário de plano de implementação de melhorias- Painel de Gestão à Vista- Formulário de avaliação e priorização de riscos- <i>Data show</i>- Espaço para reuniões |

| 14 - Orçamento Previsto |
|--------------------------------|
|--------------------------------|



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

14 - Orçamento Previsto

- Sem ônus

15 - Prazo Previsto

- 180 dias, a contar do dia 19/5/2014, sendo que a primeira etapa deverá ser concluída em até 30 dias.

16 - Restrições

- | | |
|-----------|--------------------------------|
| 1. | Atividades pré-eleitorais |
| 2. | Grande quantidade de processos |
| 3. | Prazo reduzido |

17 - Riscos

- | | |
|-----------|---------------------------|
| 1. | Informações insuficientes |
| 2. | Férias de servidores |

18 - Premissas

- | | |
|-----------|------------------------------------|
| 1. | Apoio da alta administração do TRE |
| 2. | Envolvimento dos servidores |
| 3. | Fidedignidade das informações |

Considerações

A execução deste projeto possibilitará o constante monitoramento dos processos, além de constituir uma ferramenta de grande utilidade para a Administração gerir os recursos disponíveis.



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo

Assessoria de Planejamento Estratégico e Comunicação Institucional

| Aprovação | | |
|-------------------------|-------------|-------------------|
| Responsável | Data | Assinatura |
| Alvimar Dias Nascimento | 14/5/2014 | |
| Observações: | | |